



COLÓQUIO EM ORGANIZAÇÃO, ACESSO E
APROPRIAÇÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO

Gestão, Organização e Compartilhamento
de Conteúdos Informacionais



24 & 25
agosto.2021

EIXO TEMÁTICO:

Compartilhamento da Informação e do Conhecimento

AS BIBLIOTECAS NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: FUNDAMENTOS E IDENTIDADES

LIBRARIES IN THE VOCATIONAL EDUCATION AND TRAINING CONTEXT: FOUNDATIONS AND IDENTITIES

Carlos Robson Souza da Silva crobsonss@gmail.com

Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade
Estadual de Londrina (PPGCI-UEL).

Luciane de Fátima Beckman Cavalcante luciane@uel.br

Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista (PPGCI-UNESP).
Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade
Estadual de Londrina (PPGCI/UDEL).

Francisco Carlos Paletta fcpaletta@usp.br

Doutor em Ciências pela Universidade de São Paulo (USP).
Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de
São Paulo (PPGCI-USP)
Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade
Estadual de Londrina (PPGCI-UDEL).

Resumo: Com a promulgação do Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, que regulamentou o parágrafo 2º do artigo 36 e os artigos 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), uma série de mudanças na Educação Profissional e Tecnológica no Brasil. O presente trabalho, através de uma pesquisa bibliográfica e documental, tem como objetivo refletir sobre como as definições legais sobre a estrutura e o funcionamento da Educação nacional podem auxiliar na proposição de um conceito de biblioteca que abranja todas as bibliotecas que pertencem a instituições e redes de Educação Profissional e Tecnológica no Brasil. Discute a estrutura e o funcionamento da Educação Nacional, conceitua Instituições e Redes de Educação Profissional e Tecnológica e discute sobre os conceitos aplicados às bibliotecas dessas instituições. Conclui apresentando a necessidade de uso de termos como “bibliotecas de Educação Profissional e Tecnológica”, “bibliotecas profissionais” ou “bibliotecas profissionalizantes” como propostas de definição de sua natureza e práticas educativas.

Palavras-chave: Educação – Estrutura e Funcionamento. Educação Profissional e Tecnológica. Bibliotecas.

Abstract: With the promulgation of Decree No. 5.154, of July 23, 2004, which regulates the paragraph 2 of Article 36 and Articles 39 to 41 of Law No. 9394, of December 20, 1996, the Law of Guidelines and Bases for National Education (LDB), a series of changes in Professional and Technological Education in Brazil were being implemented. The present work, through a

bibliographical and documentary research, aims to reflect on how the legal definitions on the structure and functioning of national education can help in proposing a library concept that encompasses all libraries that belong to institutions and networks for Professional and Technological Education in Brazil. It discusses the structure and functioning of National Education, conceptualizes Professional and Technological Education Institutions and Networks, and discusses the concepts applied to the libraries of these institutions. It concludes by presenting the need to adopt terms such as “Vocational and Technological Education libraries”, “vocational libraries” or “professional libraries” as proposals that contemplate their nature and practices.

Keywords: Education – Structure and Functioning. Vocational Education and Training. Libraries.

1 INTRODUÇÃO

A Educação Profissional e Tecnológica no Brasil remonta ao início do século XIX. Ela está atrelada a um discurso histórico de ser esse um processo formativo voltado para o trabalho, destinado aos pobres e aos filhos da classe trabalhadora. No seu surgimento, tinha como objetivo formar mão-de-obra qualificada para atender às necessidades do mercado, sendo diferenciado da educação regular e muitas vezes tendo caráter terminal, ou seja, de não ascensão nos estudos, com conseqüente não ascensão social (MOURA, 2007).

Hoje em dia, após décadas de disputas entre setores hegemônicos e não-hegemônicos, os discursos sobre a Educação Profissional e Tecnológica vêm sendo mudados e perspectivas de integração com a Educação Regular propostos.

A Educação Profissional e Tecnológica começou a apresentar avanços significativos com a promulgação do Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004 (BRASIL, 2004), que regulamentou o parágrafo 2º do artigo 36 e os artigos 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996). O Decreto define a Educação Profissional e Tecnológica em três níveis (Formação Inicial e Continuada, Educação Profissional Técnica de Nível Médio, Educação Profissional Tecnológica de Graduação e de Pós-graduação), a possibilidade da articulação com o ensino regular, principalmente de nível médio, a criação de itinerários formativos e possibilidades de saídas intermediárias.

Entre os efeitos desse Decreto pode-se destacar: a criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Entretanto pode-se entender também que são conseqüências de tal decreto a criação de ações governamentais como o Programa Brasil Profissionalizado, que fomenta a criação de redes distrital, estaduais e municipais de Ensino Médio integrado a Educação Profissional, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (PRONATEC), que fomenta oferta de educação profissional técnica de nível médio e a formação inicial e continuada na rede pública, na rede privada e nos Serviços Nacionais de Aprendizagem.

Tais avanços fortaleceram não somente as instituições de Educação Profissional já existentes, como os próprios Serviços Nacionais de Aprendizagem, os Institutos Federais, as Faculdades Tecnológicas, as Escolas Técnicas Estaduais e Instituições Privadas de Ensino Profissionalizante, como incentivou a expansão de novos *campi*, de novas faculdades e institutos e de redes estaduais de educação profissional no Brasil inteiro.

A proliferação de Instituições e Redes de Educação Profissional e Tecnológica também ocasionou o aumento de bibliotecas, como equipamentos necessários para o pleno funcionamento dos cursos, trazendo discussões como, por exemplo, sobre a identidade e o papel educativo das bibliotecas no contexto da Educação Profissional e Tecnológica. Na Rede Federal, um grande propulsor de novas reflexões acadêmicas surgem com a percepção dos bibliotecários, que dela fazem parte, de que as bibliotecas em que atuavam não podiam ser classificadas nas categorias já existentes, como as bibliotecas escolares e as bibliotecas universitárias. (ALMEIDA; PERUCCHI; FREIRE, 2021).

Essa questão, para além de identitária, deve ser percebida como uma questão ontológica, de definição da natureza própria de tais bibliotecas. Conceituar sua natureza poderia influenciar na proposição de suas características, de seus produtos, de seus serviços e da sua prática educativa, ou seja, de sua ação mediadora como um todo na formação dos sujeitos.

O presente trabalho, através de uma pesquisa bibliográfica e documental, tem como objetivo refletir acerca das definições legais sobre a estrutura e o funcionamento da Educação nacional podem auxiliar na proposição de um conceito de biblioteca que abranja todas as bibliotecas que pertencem a instituições e redes de Educação Profissional e Tecnológica no Brasil.

2 EDUCAÇÃO NO BRASIL: NÍVEIS, MODALIDADES E TIPOLOGIAS INSTITUCIONAIS

A Educação Nacional, de acordo com a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (BRASIL, 1996), é dividida em dois níveis: Ensino Básico e Ensino Superior. O Ensino Básico é organizado em três etapas: Ensino Infantil (Creche e Pré-escola), Ensino Fundamental (Anos iniciais e Anos Finais) e Ensino Médio. Já o Ensino Superior é constituído de cursos e programas, como: cursos sequenciais, cursos de graduação, cursos de pós-graduação *lato sensu* (Especialização, Aperfeiçoamento, Atualização) e *stricto sensu* (Mestrado e Doutorado) e cursos de extensão universitária.

O Ensino Básico pode estar articulado a pelo menos uma das modalidades de ensino destacadas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (BRASIL, 2013), sendo elas: a Educação de Jovens e Adultos, a Educação Especial, a Educação Escolar Quilombola, a Educação Escolar Indígena, a Educação do Campo, a Educação a Distância e a Educação Profissional e Tecnológica. Já ao Ensino Superior pode ser articulado a Educação Especial, a Educação a Distância e a Educação Profissional e Tecnológica.

Quanto aos ambientes em que são ofertados tais níveis e modalidades, o Ensino Básico é ofertando principalmente em escolas (instituições de ensino básico), já o Ensino superior é ofertado em instituições de ensino superior (IES), que podem ser classificadas em faculdades, centros universitários e universidades. As modalidades de Educação de Jovens e Adultos, de Educação Escolar Quilombola, de Educação Escolar Indígena e de Educação do Campo são ofertadas também em escolas regulares ou especializadas. Por outro lado, a modalidade da Educação Especial deve perpassar tanto o ensino básico, quanto no superior, podendo, no primeiro caso, ser ofertadas em escolas especiais, e a modalidade de Educação a Distância é optativa, podendo ser ofertada em ambos os níveis, tanto em escolas, como em IES, sendo comumente representada por polos.

Entretanto, quando se trata da modalidade de Educação Profissional e Tecnológica, os documentos oficiais especificam que essa modalidade é comumente ofertada em ambientes educacionais especializados. A Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica, utiliza pelo menos quatro vezes o termo “Instituições e Redes de Ensino que oferecem/ofertam cursos de Educação Profissional e Tecnológica”, quatro vezes o termo “Instituições e Redes de Ensino de Educação Profissional e Tecnológica” e duas vezes o termo “Instituições e Redes de Ensino Especializadas em Educação Profissional e Tecnológica” (BRASIL, 2021).

Já a LDB utiliza apenas uma vez o termo “instituições de Educação Profissional e Tecnológica” (BRASIL, 1996), enquanto as Diretrizes Curriculares Nacionais, usam uma vez o termo “escolas e instituições de Educação Profissional” e treze vezes o termo “Instituições de Educação Profissional e Tecnológica” (BRASIL, 2013).

Deve-se, portanto, considerar que a modalidade da Educação Profissional e Tecnológica, independentemente do nível em que se apresente (básico ou superior)

e das outras modalidades às quais pode estar articulada (Educação de Jovens e Adultos, por exemplo), é ofertada prioritariamente em instituições e redes especializadas de Educação Profissional e Tecnológica. No Quadro 1 é possível visualizar como os níveis e modalidades de ensino se distribuem por instituição de ensino:

Quadro 1 – Instituições de Ensino por Nível/Modalidade

| Nível/Etapa/Modalidade | Tipologia da Instituição de Ensino |
|--|--|
| Ensino Básico (Ensino Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio) | Escola (Escola Infantil, Instituição de Educação Básica) |
| Ensino Básico (Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educação do Campo, Educação Escolar Quilombola, Educação Escolar Indígena, Educação a Distância) | Escola (Escola Especial, Escola do Campo, Escola Indígena, Escola Quilombola, Instituição de Educação Básica) |
| Ensino Superior (Cursos Sequenciais, Graduação, Pós-graduação, Cursos de Extensão Universitária) | Instituições de Ensino Superior (faculdades, centros universitários, universidades) |
| Educação Profissional e Tecnológica | Instituições de Educação Profissional e Tecnológica (Escolas Profissionalizantes, Escolas Técnicas, Faculdades Tecnológicas, Centros Tecnológicos) |

Fonte: Elaborado pelos autores.

Em Moura (2007) é possível identificar que a constituição da Educação Profissional e Tecnológica em instituições educacionais específicas, demonstra o caráter histórico da sua separação da educação regular. Dentre as instituições criadas ao longo dos anos para atender essa modalidade educacional à parte das escolas e das universidades, pode se citar os Colégios de Fábricas, as Escolas de Aprendizizes e Artífices, os Serviços Nacionais de Aprendizagem, as Faculdades Tecnológicas, as Escolas Técnicas Industriais, as Escolas Agrotécnicas, as Redes Estaduais de Educação Profissional, os Centros Federais, os Institutos Federais e as Escolas Profissionalizantes de caráter privado.

Nesse sentido, uma instituição de Educação Profissional e Tecnológica (IEPT) poderia ser classificada como sendo de caráter público ou privado, ligada a redes federais, estaduais, distrital, municipais ou privadas de ensino, cuja justificativa de criação e objetivo central é a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica em um ou mais níveis. Esse tipo de instituição é regido pela LDB (BRASIL, 1996), pelos DCN (BRASIL, 2013), pelos Catálogos Nacionais de Cursos Técnicos e Superiores de Tecnologia assim como pelas Diretrizes Nacionais de Educação Profissional e Tecnológica (BRASIL, 2021).

Os cursos ofertados originalmente por tais instituições, de acordo com o Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004 (BRASIL, 2004), podem ser classificados como cursos de Qualificação Profissional ou Formação Inicial e Continuada (cursos livres ou cursos regulamentados de no mínimo 160h), cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio (integrados, concomitantes ou subsequentes ao Ensino Médio, especializações técnicas) e cursos de Educação Profissional Tecnológica de Graduação (Cursos Superiores de Tecnologia) e de Pós-graduação (Especializações Tecnológicas, Mestrados e Doutorados Profissionais).

Por outro lado, é importante definir que as Instituições de Educação Profissional e Tecnológica devem seguir as legislações e diretrizes dos níveis de educação ao

qual estão articuladas. Os cursos técnicos de nível médio integrados ao Ensino Médio devem ser organizados tendo como base, por exemplo, os artigos da LDB sobre a natureza do Ensino Médio e as definições da Base Nacional Comum Curricular. Já os cursos superiores de tecnologia devem responder às legislações específicas do Ensino Superior, como as descritas na LDB e na lei dos SINAES.

Nesse sentido, quando se conceitua Instituição de Educação Profissional e Tecnológica, não se deve focar especificamente na totalidade de cursos que ela está ofertando atualmente (como se ofertar um ensino fundamental ou um bacharelado a tirasse o direito de usar tal denominação, ou como se ofertar um curso de educação profissional desse o direito a uma instituição de educação básica ou de educação superior utilizá-la), mas em questões ontológicas (a justificativa de sua criação, a sua história, a sua natureza propriamente dita), de questões teleológicas (os objetivos de sua criação e a modalidade dos cursos que ofertam prioritária e obrigatoriamente) e até mesmo questões históricas (as circunstâncias e o período em que foram criadas).

Isso acontece porque a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica pode ocorrer em outras instituições, entretanto mesmo que escolas (instituições de educação básica) possam ofertar, por exemplo, cursos de qualificação profissional, e instituições de ensino superior possam ofertar cursos superiores de tecnologia, mestrados profissionais e até mesmo cursos técnicos, elas não perderão o reconhecimento como as escolas e as instituições de ensino superior que são, pois seus objetivos e filosofia originais se mantiveram, até segunda ordem, alinhados à Educação Básica, como no primeiro caso, e ao Ensino Superior, como no segundo,

Identificar e conceituar as Instituições de Educação Profissional é essencial para compreender suas dinâmicas educacionais, seus propósitos, o público-alvo que atendem e localizá-las na história da Educação Nacional. Essa conceptualização também pode interferir no entendimento de como são ou deveriam ser as práticas educativas em setores específicos de tais instituições, como, por exemplo, as bibliotecas.

3 AS BIBLIOTECAS NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO BRASIL

As bibliotecas são instituições milenares que possuem raízes nas bibliotecas de lajota de barro babilônicas, nas bibliotecas de papiro egípcias e nas bibliotecas de pergaminhos espalhadas pelos conventos na Idade Média. Suas características como hoje são conhecidas, vão começar a ser definidas com a revolução francesa, que se apropria dos acervos para a criação de bibliotecas seculares, para efetivar uma identidade nacional (ARAÚJO; OLIVEIRA, 2005).

Desde então as bibliotecas começaram a fazer parte de diversos setores da vida pública e privada e, em consequência disso, passaram a ser classificadas em tipologias que apontassem para a definição de sua natureza, seus objetivos, sua estrutura, seus acervos, o público-alvo que busca atender e as instituições/setores às quais estão ligadas.

Araújo e Oliveira (2005) classificam as bibliotecas em nove tipos. Desses nove pode-se destacar oito, pois não se considera aqui o carro-biblioteca um tipo específico de biblioteca, e dividi-los em duas categorias: as bibliotecas voltadas ao estímulo à leitura, à difusão cultural e/ou à preservação da memória local ou nacional, como são as bibliotecas nacionais, públicas, comunitárias e especiais; e as bibliotecas voltadas para o desenvolvimento do leitor e sua formação para a pesquisa, que estão vinculadas a instituições de ensino ou setores de pesquisa nas organizações, como

são as bibliotecas universitárias, bibliotecas escolares, bibliotecas infantis e bibliotecas especializadas.

As bibliotecas infantis estão relacionadas principalmente às escolas infantis (creche e pré-escola), enquanto as bibliotecas escolares atendem às etapas do Ensino Fundamental e Médio, e as bibliotecas universitárias estão dentro do contexto das instituições de ensino superior, como faculdades, centros universitários e universidades. As bibliotecas especializadas, porém, podem estar relacionadas a instituições de ensino, mas são mais comuns em organizações, onde servem de apoio à pesquisa científica e à tomada de decisão, como é o caso das bibliotecas jurídicas e das bibliotecas hospitalares.

Relacionando ao Quadro 1, percebe-se que, das instituições de ensino apresentadas nos documentos oficiais, apenas as Instituições de Educação Profissional e Tecnológica não são contempladas por uma tipologia específica de biblioteca na literatura especializada em Biblioteconomia e Ciência da Informação.

Tal percepção também é compartilhado na vivência de bibliotecários de IEPT, principalmente aos pertencentes às bibliotecas dos Institutos Federais da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT). De acordo com pesquisa publicada por Santos, Gracioso e Amaral (2018, p. 36), que analisa a publicações em periódicos científicos e em anais de eventos sobre as bibliotecas de Institutos Federais veiculados entre 2009 e 2015, entre as 80 produções científicas analisadas, somente 38 [...] e 41 não indicaram nomenclatura referente à tipologia de biblioteca como palavra-chave”.

Com a indefinição sobre a nomenclatura mais adequada para classificar uma biblioteca de Educação Profissional e Tecnológica e mais precisamente uma biblioteca de Instituto Federal, acontece porque, de acordo com Almeida, Perucchi e Freire (2021, p. 102),

[...] as bibliotecas dos Institutos Federais no Brasil ainda não possuem uma identidade aprovada de modo unânime de acordo com suas funções e finalidade, isso decorre, principalmente, do fato de não se encontrar na literatura menção a um tipo de biblioteca que abranja toda complexidade desse recém-criado perfil [...].

A crise de identidade se reflete no fato de que a criação dos Institutos Federais trouxe para a pauta a discussão sobre em que categoria as bibliotecas que se encaixam em seu contexto devem ser incluídas. E não é apenas um debate sobre nomes, mas sobre os efeitos que os nomes trazem sobre a qualidade e o tipo de serviços, produtos e práticas educativas as bibliotecas podem oferecer.

Nesse sentido, através de um levantamento bibliográfico feito por Almeida, Perucchi e Freire (2021) na literatura científica em Biblioteconomia e Ciência da Informação, é possível identificar uma condensação das propostas terminológicas desenvolvidas para as bibliotecas da RFEPCT. O Quadro 2 aponta essas propostas e seus principais fundamentos.

Quadro 2 – Conceituação de Bibliotecas na Educação Profissional e Tecnológica

| Nomenclatura | Conceituação | Referência | IEPT de Contexto |
|-------------------------|--|------------------------|---------------------|
| Bibliotecas Multiníveis | “Com essa grande quantidade de cursos e modalidades, surge uma instituição ímpar em nosso país, uma instituição multinível e multimodal, sendo necessária uma classificação para o tipo de biblioteca que essa | Moutinho (2014, p. 71) | Institutos Federais |

| | | | |
|--------------------------------|--|--------------------------------|---------------------|
| | instituição possui, a que classificaremos como bibliotecas multiníveis, pois atende a usuários de vários níveis de ensino”. | | |
| Bibliotecas Mistas | “Considerando a necessidade de uma posição intermediária nesta discussão, opta-se, nesta obra, pela visão de que as bibliotecas dos IFs são mistas, ou seja, devem ser entendidas como bibliotecas escolar e universitária, pois suas maiores demandas centram-se no universo de usuários compostos por estudantes de nível médio e superior.” | Becker e Facketi (2015, p. 43) | Institutos Federais |
| Bibliotecas Técnico-Acadêmicas | “Nesse trabalho, optou-se por chamá-las de “bibliotecas técnico-acadêmicas” por entender que se adequa melhor ao papel desempenhado por essa instituição, uma vez que oferecem cursos desde o ensino médio-técnico até a pós-graduação, atuando no suporte ao ensino técnico e superior, além da pesquisa e extensão.” | Teixeira (2015, p. 72) | Institutos Federais |

Fonte: Elaborado pelos autores.

Cada proposta acima apresentada, tenta resolver o fato de que as bibliotecas devem atender pessoas de níveis educacionais diferentes, que podem ser tão distantes uns dos outros como é o Ensino Médio da Pós-graduação, mas se empenha apenas em solucionar a questão terminológica tendo como pano de fundo os Institutos Federais e entendendo-os como um perfil “recém-criado”, ou seja, sem precedentes e sem equivalentes.

Tais nomenclaturas não levam em conta que: a) apesar de terem sido nomeados como institutos federais em 2008, a RFEPCT é composta de instituições seculares; b) que existem outras instituições especializadas em Educação Profissional e Tecnológica (como os Serviços Nacionais de Aprendizagem, as Escolas Técnicas Estaduais, as Faculdades Tecnológicas e as Escolas Profissionalizantes); e c) que a Educação Profissional e Tecnológica propriamente dita não diz respeito a apenas um nível de ensino, mas está presente na Formação Inicial e Continuada, na Educação Profissional Técnica de Nível Médio e na Educação Profissional e Tecnológica de Graduação e Pós-graduação, sendo natural que as instituições nela especializada ofertem não somente um tipo de curso, mas vários e em vários níveis, de acordo com suas possibilidades.

É necessário pensar além, mas sob a orientação da própria Educação Profissional e Tecnológica. Se, por comparação, as bibliotecas universitárias dizem respeito primeiramente às instituições de ensino superior e às universidades, e as bibliotecas escolares dizem respeito à escola, deve-se considerar uma nomenclatura universal para as bibliotecas que estejam circunscritas no contexto das instituições de Educação Profissional e Tecnológica, seja nomeando-as diretamente como Bibliotecas de Educação Profissional e Tecnológica, seja emulando os exemplos anteriores, com a possibilidade de uso do termo “bibliotecas profissionais”, ou do termo “bibliotecas profissionalizantes”, que evidenciarão seu papel ativo na formação de estudante em quaisquer níveis.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão sobre as bibliotecas, seus produtos, serviços e práticas educativas no contexto da Educação Profissional e Tecnológica não é um tópico recente. Apesar disso, a criação dos IF parece ter dado novo fôlego com a preocupação pondo em centralidade a busca de uma nova terminologia, uma nova nomenclatura que pudesse oferecer uma orientação conceitual sobre que tipo de biblioteca é esta, que está ligada instituições e redes de ensino, mas que atende ao mesmo tempo pessoas de níveis tão distantes quanto estudantes de ensino médio e doutorandos.

O caminho apresentado por autores como Moutinho (2014), Becker e Facketi (2015) e Teixeira (2015) se inicia na reflexão sobre o que seria um Instituto Federal e que tipo de níveis educacionais seriam ofertados nele. A proposta percorreria caminhos já conhecidos, como uma fusão ou amálgama entre bibliotecas escolares e bibliotecas universitárias (incluindo até mesmo outros tipos de bibliotecas como as públicas, as comunitárias e as especializadas).

O que se propõe aqui é que o caminho se inicie não por um tipo específico de instituição, mas pela compreensão da Educação Profissional e Tecnológica como um todo, seu histórico, suas pedagogias, seus níveis e modalidades de articulação e as instituições a elas articuladas. A congregação das IEPT levaria a uma identificação do conceito da biblioteca nessas instituições e não somente seu conceito, mas também de seu papel educativo.

Encerra-se aqui indicando a possibilidade de continuidade desses estudos. Ainda é necessário refletir sobre o conceito de bibliotecas de Educação Profissional e Tecnológica. Aponta-se aqui, porém, que os conceitos de “bibliotecas profissionais” ou “bibliotecas profissionalizantes” podem ser pontos de partida para definições fundamentadas em uma visão interdisciplinar entre Educação Profissional e Tecnológica, Biblioteconomia e Ciência da Informação.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jobson Louis Santos de; PERUCCHI, Valmira; FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo. Biblioteca Multinível nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: uma nova identidade. *In*: RUBIM, Rossana dos Santos Santana; RODRIGUES, Maristela Almeida Mercanelli. **Práticas Bibliotecárias na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. Rio de Janeiro: Interciência, 2021.

ARAÚJO, Eliany Alvarenga; OLIVEIRA, Marlene de. A produção de conhecimentos e a origem das bibliotecas. *In*: OLIVEIRA, Marlene de. **Ciência da Informação e Biblioteconomia: novos conteúdos e espaços de atuação**. Belo Horizonte: UFMG, 2005. p. 29-44.

BECKER, Caroline da Rosa Ferreira; FAQUETI, Marouva Fallgatter. **Panorama das bibliotecas da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: um olhar sobre a gestão**. Blumenau: IFC, 2015. Disponível em: encurtador.com.br/ipLS6. Acesso em: 24 jun. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004**: regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm. Acesso em: 24 jun. 2021.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasil: MEC, 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 24 de jun. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**: estabelece as diretrizes e bases da Educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 24 jun. 2021.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. 2021. Disponível em: encurtador.com.br/jkMWO. Acesso em: 24 jun. 2021.

MOURA, Dante Henrique. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração. **Holos**, ano 23, v. 2, p. 4-30, 2007. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/viewFile/11/110>. Acesso em: 24 jun. 2021.

MOUTINHO, Sônia Oliveira Matos. **Práticas de leitura na cultura digital de alunos do ensino técnico integrado do IFPI – campus Teresina Zona Sul**. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2014. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/3075/00000A51.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 24 jun. 2021.

SANTOS, Maria Aparecida Brito; GRACIOSO, Luciana de Souza; AMARAL, Roniberto Morato do. As bibliotecas dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: uma análise de literatura científica. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 14, n. 2, maio/ago. 2018. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/668/1032>. Acesso em: 24 jun. 2021.

TEIXEIRA, Cristine da Cunha. **A cultura organizacional e informacional em ambiente técnico-acadêmico**. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto de Arte e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, 2015. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/7503>. Acesso em: 24 jun. 2021.